STJ00114648 - V. 1

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado IV da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro e ex-Presidente do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont.

1

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

PARTE GERAL

24ª edição
revista, ampliada e atualizada
2022

saraiva jur

STJ00114648 - V. 1

14630

ISBN 978-85-536-0771-6 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G135n Gagliano, Pablo Stolze

Novo Curso de Direito Civil – Parte Geral – v. 1 / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 24. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

592 p.

ISBN 978-65-5362-234-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Curso de Direito Civil. 4. Parte geral. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título. III. Série.

CDD 347
2021-4346 CDU 347

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Danieta Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Edson Colobone
Revisão Daniela Georgeto
Capa Deborah Mattos
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Eskenazi

Data de fechamento da edição: 6-12-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607435 CAE 788817

Índice

Agradecimentos 7
Uma Reflexão Sobre o Novo Código Civil 21
Prefácio à Primeira Edição 23
Apresentação da Primeira Edição 25
Nota dos Autores 29

Capítulo I
Noções Elementares de Direito

1. Objetivo do capítulo 31
2. Noções propedêuticas de direito 31
   2.1. Etimologia 31
   2.2. Conceito 32
   2.3. Outras acepções qualificadas da expressão "direito" 34
   2.4. Direito e moral 35
   2.5. Direito e poder 38
3. Fontes do direito 39
   3.1. Classificação das fontes 40
   3.2. Fontes do direito em espécie 41
      3.2.1. Legislação 41
         a) Características gerais da lei 41
         b) Classificação das leis 42
      3.2.2. Costume 46
      3.2.3. Jurisprudência 49
      3.2.4. Doutrina 52
      3.2.5. Analogia 52
      3.2.6. Princípios gerais do direito 53
      3.2.7. Equidade 54
4. Algumas palavras sobre os sistemas jurídicos (*civil law* e *common law*) 57
5. A dicotomia entre direito público e direito privado e a taxionomia do Direito Civil 60
6. Conceito doutrinário e histórico do Direito Civil 61
7. Conteúdo do Código Civil 63

Capítulo II
A Codificação do Direito Civil

1. O sentido da codificação 65
2. Argumentos favoráveis e desfavoráveis à codificação 67
3. Antecedentes históricos 69
4. A codificação do Direito Civil brasileiro: aspectos históricos e legislativos 71
5. Descentralização e constitucionalização do Direito Civil 75
6. O Novo Código Civil brasileiro 80
7. Princípios norteadores do Código Civil de 2002 82

Capítulo III
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. O objetivo da Lei de Introdução ao Código Civil: ser uma Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 85
2. Vigência, validade, eficácia e vigor das normas 87
3. Aplicação de normas jurídicas 93
   3.1. Interpretação de normas 94
   3.2. Algumas noções sobre a integração normativa 97
   3.3. Aplicação temporal de normas 98
   3.4. Conflito de normas no tempo (Direito Intertemporal) 104
   3.5. Aplicação espacial de normas 107
   3.6. Conflito de normas no espaço 109
   3.7. Segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação de normas por agentes públicos (reflexões críticas sobre a Lei n. 13.655/2018, que alterou a LINDB) 113

Capítulo IV
Pessoa Natural

1. A personalidade jurídica 121
   1.1. Conceito 121
   1.2. Aquisição da personalidade jurídica 123
   1.3. O nascituro 125

2. Capacidade de direito e de fato e legitimidade 131
2.1. Incapacidade absoluta 134
2.2. Incapacidade relativa 139
2.2.1. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos 140
2.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos 141
2.2.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade 143
2.2.4. Os pródigos 144
2.2.5. Algumas palavras sobre a capacidade jurídica dos silvícolas 145
2.3. Suprimento da incapacidade (representação e assistência) 147
2.4. Restituição e anulação por conflito de interesses com o representado 148
3. Emancipação 151
4. Nome civil 158
4.1. Esclarecimentos terminológicos 158
4.2. Possibilidade de alteração do nome 160
4.3. Tutela jurídica do nome 165
5. Estado da pessoa natural 166
6. Registro civil 167
7. Extinção da pessoa natural 171
7.1. Morte civil 172
7.2. Morte presumida 172
7.2.1. Ausência 173
a) Curadoria dos bens do ausente 173
b) Sucessão provisória 174
c) Sucessão definitiva 176
d) Retorno do ausente 177
e) Ausência e dissolução do casamento 178
7.2.2. Justificação de óbito 178
7.3. Morte simultânea (comoriência) 179

Capítulo V
Direitos da Personalidade

1. Importância da matéria 183
2. Conceito e denominação 184
3. Natureza dos direitos da personalidade 184

4. A construção da teoria dos direitos da personalidade e das liberdades públicas 188
5. Titularidade 189
6. Características dos direitos da personalidade 192
6.1. Caráter absoluto 193
6.2. Generalidade 193
6.3. Extrapatrimonialidade 194
6.4. Indisponibilidade 194
6.5. Imprescritibilidade 196
6.6. Impenhorabilidade 196
6.7. Vitaliciedade 197
7. Classificação dos direitos da personalidade 197
7.1. Direito à vida 198
7.2. Direito à integridade física 203
7.2.1. Direito ao corpo humano 205
a) Direito ao corpo vivo 205
b) Direito ao corpo morto (cadáver) 208
7.2.2. Direito à voz 211
7.3. Direito à integridade psíquica 212
7.3.1. Direito à liberdade 212
7.3.2. Direito à liberdade de pensamento 216
7.3.3. Direito às criações intelectuais (autoria científica, artística e literária) 216
7.3.4. Direito à privacidade 218
7.3.5. Direito ao segredo pessoal, profissional e doméstico 219
7.4. Direito à integridade moral 220
7.4.1. Direito à honra 220
7.4.2. Direito à imagem 221
7.4.3. Direito à identidade 223
8. A proteção dos direitos da personalidade 223

Capítulo VI
Pessoa Jurídica

1. Introdução e conceito 229
2. Denominações 231
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica (teorias explicativas) 231
3.1. Teorias negativistas 232

3.2. Teorias afirmativistas 232
4. Pressupostos existenciais da pessoa jurídica 236
5. Surgimento da pessoa jurídica 237
5.1. Sociedades irregulares ou de fato 240
5.2. Grupos despersonalizados 243
6. Capacidade e representação da pessoa jurídica 246
7. Classificação das pessoas jurídicas 250
7.1. Pessoas jurídicas de direito público 251
7.2. Pessoas jurídicas de direito privado 253
7.2.1. As associações 256
7.2.2. As sociedades 261
a) Constituição das sociedades 261
b) Classificação das sociedades 262
7.2.3. As fundações 266
a) Afetação de bens livres por meio do ato de dotação patrimonial 268
b) Instituição por escritura pública ou testamento 268
c) Elaboração dos estatutos 269
d) Aprovação dos estatutos 270
e) Realização do registro civil 272
7.2.4. As organizações religiosas 274
7.2.5. Os partidos políticos 275
7.2.6. As empresas individuais de responsabilidade limitada 276
8. Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas 279
9. Desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*) 281
9.1. Esclarecimentos terminológicos 283
9.2. Hipóteses de aplicação 286
9.3. Disciplina processual da desconsideração da personalidade 295
9.3.1. Reflexões sobre iniciativas legislativas 295
9.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 298
a) Iniciativa 299
b) Fundamentos para a desconsideração 299
c) Momento da desconsideração 300
d) Contraditório e instrução 303
e) Natureza da decisão 303
f) Recurso 304
g) Efeitos da desconsideração 304
10. Extinção da pessoa jurídica 304
11. Pessoas jurídicas de direito privado e a pandemia da Covid-19 305

Capítulo VII
Domicílio Civil

1. Importância da matéria 309
2. Conceito 311
3. Morada, residência e domicílio: distinções necessárias 312
4. Tratamento legal e mudança de domicílio 313
5. Domicílio aparente ou ocasional 315
6. Domicílio da pessoa jurídica 316
7. Espécies de domicílio 317

Capítulo VIII
Bens Jurídicos

1. Os bens como objeto de relações jurídicas 321
2. Bem × coisa 323
3. Patrimônio jurídico 324
4. Classificação dos bens jurídicos 326
   4.1. Dos bens considerados em si mesmos (arts. 79 a 91 do CC/2002) 327
      4.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos 327
      4.1.2. Bens imóveis e móveis 328
         a) Classificação dos bens imóveis 329
            a.1) Imóveis por sua própria natureza 329
            a.2) Imóveis por acessão física, industrial ou artificial 329
            a.3) Imóveis por acessão intelectual 330
            a.4) Imóveis por determinação legal 330
            a.5) Considerações sobre a natureza imobiliária do direito à sucessão aberta 331
         b) Classificação dos bens móveis 332
            b.1) Móveis por sua própria natureza 332
            b.2) Móveis por antecipação 332
            b.3) Móveis por determinação legal 332
         c) Semoventes 333
      4.1.3. Bens fungíveis e infungíveis 334
      4.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis 335
      4.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis 336

4.1.6. Bens singulares e coletivos 337
4.2. Dos bens reciprocamente considerados (arts. 92 a 97 do CC/2002) 337
4.2.1. Classificação dos bens acessórios 338
a) Os frutos 338
b) Os produtos 339
c) Os rendimentos 340
d) As pertenças 340
e) As benfeitorias 341
f) As partes integrantes 343
4.3. Dos bens públicos e particulares 343
5. Bem de família 345
6. Coisas fora do comércio 357

Capítulo IX
Fato Jurídico em Sentido Amplo

1. Noções introdutórias sobre a importância do estudo do fato jurídico 359
2. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 360
3. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo 360
4. Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico 362
4.1. Aquisição de direitos 362
4.2. Modificação de direitos 364
4.3. Conservação de direitos 364
4.4. Extinção de direitos 365
5. Fato jurídico em sentido estrito 365
6. Ato-fato jurídico 367
7. Ato jurídico em sentido estrito 369

Capítulo X
Negócio Jurídico (Noções Gerais)

1. Introdução 375
2. A transformação da teoria do negócio jurídico 375
3. Conceito e teorias explicativas do negócio jurídico 379
4. Concepção do negócio jurídico no direito positivo e pelos planos de existência, validade e eficácia 381

5. Classificação dos negócios jurídicos 383
6. Interpretação do negócio jurídico 386

Capítulo XI
Plano de Existência do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de existência 389
2. Elementos constitutivos do negócio jurídico 390
   2.1. Manifestação de vontade 391
   2.2. Agente emissor da vontade 392
   2.3. Objeto 392
   2.4. Forma 393
   2.5. Algumas palavras sobre a causa nos negócios jurídicos 394

Capítulo XII
Plano de Validade do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de validade 399
2. Pressupostos de validade do negócio jurídico 400
   2.1. Manifestação de vontade livre e de boa-fé 401
   2.2. Agente emissor da vontade capaz e legitimado para o negócio. 406
      2.2.1. Da representação 407
   2.3. Objeto lícito, possível e determinado (ou determinável) 409
   2.4. Forma adequada (livre ou legalmente prescrita) 411

Capítulo XIII
Defeitos do Negócio Jurídico

1. Introdução 415
2. Vícios do negócio jurídico 415
   2.1. Erro ou ignorância 415
   2.2. Dolo 420
   2.3. Coação 425
   2.4. Lesão 428
   2.5. Estado de perigo 436
   2.6. Simulação 439
   2.7. Fraude contra credores 444

Capítulo XIV
Invalidade do Negócio Jurídico

1. Introdução 453
2. Considerações prévias sobre a inexistência do ato ou negócio jurídico 455
3. Nulidade absoluta 456
4. Nulidade relativa (anulabilidade) 461
5. Quadro geral comparativo: nulidade absoluta × nulidade relativa.. 467
6. Conversão do negócio jurídico 468
7. Invalidade do negócio jurídico em face do novo conceito de capacidade civil 471
   7.1. A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)... 473
   7.2. A pessoa com deficiência e a teoria da invalidade do negócio jurídico 475
      7.2.1. Pessoa com deficiência tem curador nomeado 476
      7.2.2. Pessoa com deficiência tem apoiadores nomeados 477
      7.2.3. Pessoa com deficiência sem curador ou apoiador 478

ítulo XV
Plano de Eficácia do Negócio Jurídico

1. A concepção do plano de eficácia 481
2. Elementos acidentais limitadores da eficácia do negócio jurídico ... 481
   2.1. Condição 482
   2.2. Termo 491
   2.3. Modo ou encargo 494

Capítulo XVI
Prova do Negócio Jurídico

1. Considerações gerais 497
2. Provas, em espécie, do negócio jurídico 500
   2.1. Confissão 501
   2.2. Documento 503
   2.3. Testemunha 510
   2.4. Presunções 514

2.5. Perícia 516
3. Considerações finais 518

Capítulo XVII
Ato Ilícito

1. Noções introdutórias e conceituais 521
2. Da inexistência de diferença ontológica entre ilícito civil e penal... 522
3. Tratamento no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil 524
4. O abuso de direito 526
5. Causas excludentes de ilicitude 528

Capítulo XVIII
Prescrição e Decadência

1. O tempo como fato jurídico 533
2. Fundamentos sociais da limitação temporal de direitos e pretensões... 534
3. Noções conceituais 535
4. Distinção entre prescrição e decadência 541
4.1. Critérios tradicionais 542
4.2. Fundamento doutrinário para distinção *a priori* de prescrição e decadência 544
4.2.1. Classificação dos direitos subjetivos quanto à finalidade. 544
a) Direitos a uma prestação 544
b) Direitos potestativos 545
b.1) Exercitáveis mediante simples declaração de vontade do titular 545
b.2) Exercitáveis mediante declaração de vontade do titular, com exigência judicial no caso de resistência 545
b.3) Exercitáveis mediante ajuizamento obrigatório de ação judicial 546
4.2.2. Classificação moderna das ações 546
4.2.3. Correspondência entre os institutos da prescrição e decadência com a tutela jurisdicional pretendida 547
5. A prescrição e a decadência no Novo Código Civil 547

6. Causas impeditivas e suspensivas da prescrição 551
7. Causas interruptivas da prescrição 556
8. Prazos de prescrição no Novo Código Civil 562
9. Prazos de decadência no Novo Código Civil 568
10. Prazos prescricionais em matéria de Direito Intertemporal 568
11. Prescrição intercorrente 571
12. Prescrição e decadência e a pandemia da Covid-19 573

Referências 577

STJ00116265 - V. 2

PABLO STOLZE GAGLIANO

Juiz de Direito. Professor de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont e da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Já ministrou palestras e cursos em diversas instituições brasileiras, inclusive no Supremo Tribunal Federal.

RODOLFO PAMPLONA FILHO

Juiz Titular da 32ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. Professor Titular de Direito Civil e Direito Processual do Trabalho da Universidade Salvador — UNIFACS. Coordenador dos Cursos de Especialização em Direito Contratual e em Direito e Processo do Trabalho do CERS Cursos *on-line*. Professor Associado IV da Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito da Universidade Federal da Bahia — UFBA. Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Máster em Estudios en Derechos Sociales para Magistrados de Trabajo de Brasil pela Universidad de Castilla-La Mancha/Espanha — UCLM. Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Membro e Presidente Honorário da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Membro e Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro e ex-Presidente do Instituto Baiano de Direito do Trabalho. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil — ABDC, do Instituto Brasileiro de Direito Civil — IBDCivil, do Instituto Brasileiro de Direito de Família — IBDFAM e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual — IBDCont.

2

NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL

OBRIGAÇÕES

24ª edição
revista e atualizada
2023

saraiva jur

STJ00116265 - V. 2

OBRA COMPLETA: 978-85-536-0771-6
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

G135n Gagliano, Pablo Stolze

Novo Curso de Direito Civil: Obrigações – v. 2 / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. – 24. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.

424p.

ISBN: 978-65-5362-672-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Pamplona Filho, Rodolfo. II. Título.

CDD 347
2022-3427 CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

1214630

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva jur

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato Cézar

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Flavio Teixeira Quarazemin
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Ana Cortazzo
Capa Deborah Mattos
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

Data de fechamento da edição: 23-11-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 10789 CL 606177 CAE 818319

Índice

Agradecimentos VII
O muito obrigado de quem, ensinando, só faz aprender IX
Prefácio à Primeira Edição XI
Apresentação da Primeira Edição XIII
Nota dos Autores XV

Capítulo I
Introdução ao
Direito das Obrigações

1. Considerações iniciais 1
2. Conceito e importância do direito das obrigações 1
3. Evolução histórica do direito das obrigações 2
4. Âmbito do direito das obrigações 3
5. Distinções fundamentais entre direitos pessoais e reais 5
   5.1. Figuras híbridas entre direitos pessoais e reais 8
6. Considerações terminológicas 9
   6.1. Conceitos correlatos 10
7. O direito das obrigações no Código Civil de 1916 11
8. O direito das obrigações no Código Civil de 2002 12

Capítulo II
Estrutura da Obrigação

1. Noções gerais 15
2. Elemento subjetivo: sujeitos da relação obrigacional 16
3. Elemento objetivo: a prestação 17
4. Elemento ideal: o vínculo jurídico entre credor e devedor 19

Capítulo III
Fontes das Obrigações

1. Introdução 21

2. As fontes das obrigações no direito romano 22
3. Classificação moderna das fontes das obrigações 23
4. As fontes das obrigações no Código Civil de 1916 e no Novo Código Civil 26

Capítulo IV
Objeto da Obrigação — A Prestação

1. Considerações iniciais 27
2. Características fundamentais da prestação 29
   2.1. Licitude 31
   2.2. Possibilidade 31
   2.3. Determinabilidade 32
3. Principais modalidades de prestações 33

Capítulo V
Classificação Básica das Obrigações

1. Introdução 37
2. Classificação básica 37
   2.1. Obrigações de dar 38
      2.1.1. Obrigações de dar coisa certa 38
      2.1.2. Obrigações de dar coisa incerta 42
      2.1.3. Obrigações de dar dinheiro (obrigações pecuniárias) 45
   2.2. Obrigações de fazer 49
      2.2.1. Descumprimento culposo das obrigações de fazer: a sua tutela jurídica 51
   2.3. Obrigações de não fazer 59
      2.3.1. Descumprimento culposo das obrigações de não fazer: a sua tutela jurídica 60

Capítulo VI
Classificação Especial das Obrigações

1. Outros critérios metodológicos adotados para a classificação das obrigações 63
2. Classificação especial das obrigações 64
3. Classificação especial quanto ao elemento subjetivo (sujeitos) 65

3.1. Obrigações fracionárias 65
3.2. Obrigações conjuntas 66
3.3. Obrigações disjuntivas 67
3.4. Obrigações solidárias 68
3.4.1. A solidariedade 68
3.4.1.1. Solidariedade ativa 70
3.4.1.2. Solidariedade passiva 75
3.4.2. Subsidiariedade 80
4. Classificação especial quanto ao elemento objetivo (prestação) 83
4.1. Obrigações alternativas 83
4.2. Obrigações facultativas 86
4.3. Obrigações cumulativas 87
4.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis 87
4.5. Obrigações líquidas e ilíquidas 93
4.5.1. Conceito de liquidação 93
4.5.2. Modalidades de liquidação 94
5. Classificação especial quanto ao elemento acidental 99
5.1. Obrigações condicionais 99
5.2. Obrigações a termo 100
5.3. Obrigações modais 100
6. Classificação especial quanto ao conteúdo 101
6.1. Obrigações de meio 101
6.2. Obrigações de resultado 101
6.3. Obrigações de garantia 102

Capítulo VII
Obrigação Natural

1. Noções conceituais 105
2. Uma rápida visão das obrigações naturais no direito romano 105
3. Fundamentos e natureza jurídica da obrigação natural 107
4. Classificação das obrigações naturais 109
5. Disciplina das obrigações naturais no direito brasileiro 110

Capítulo VIII
Teoria do Pagamento — Condições Subjetivas e Objetivas

1. Sentido da expressão "pagamento" e seus elementos fundamentais 113

2. Natureza jurídica do pagamento 115
3. Condições subjetivas do pagamento 116
3.1. De quem deve pagar 116
3.2. Daqueles a quem se deve pagar 121
4. Condições objetivas do pagamento 127
4.1. Do objeto do pagamento e sua prova 127
4.2. Do lugar do pagamento 132
4.3. Do tempo do pagamento 135
5. Teoria do adimplemento substancial (*substantial performance*) 136

Capítulo IX
Formas Especiais de Pagamento

1. Considerações gerais sobre formas de extinção das obrigações 143
2. Enumerando as formas especiais de pagamento 143

Capítulo X
Consignação em Pagamento

1. Noções gerais e conceituais 145
2. Natureza jurídica do pagamento em consignação 146
3. Hipóteses de ocorrência 147
4. Requisitos de validade 150
5. Possibilidade de levantamento do depósito pelo devedor 151
6. Consignação de coisa certa e de coisa incerta 152
7. Despesas processuais 154
8. Prestações periódicas 154
9. Regras procedimentais para a consignação em pagamento 155
9.1. Consignação extrajudicial 155
9.2. Aplicabilidade da consignação extrajudicial nas relações trabalhistas 160
9.3. Consignação judicial em pagamento 161
9.4. O procedimento judicial trabalhista da ação de consignação em pagamento 165

Capítulo XI
Pagamento com Sub-rogação

1. Compreensão da palavra "sub-rogação" 171

2. Conceito e espécies 172
2.1. Pagamento com sub-rogação legal 173
2.2. Pagamento com sub-rogação convencional 176
3. Efeitos jurídicos da sub-rogação 177

Capítulo XII
Imputação do Pagamento

1. Noções introdutórias 181
2. Conceito e requisitos 181
3. Imputação do credor e imputação legal 182

Capítulo XIII
Dação em Pagamento

1. Conceito 185
2. Requisitos da dação em pagamento 186
3. Evicção da coisa dada em pagamento 187
4. Dação *pro solvendo* 188

Capítulo XIV
Novação

1. Introdução 191
2. Conceito 191
3. Requisitos 192
4. Espécies 197
4.1. Novação objetiva 197
4.2. Novação subjetiva (ativa, passiva ou mista) 198
4.3. Novação mista 200
5. Efeitos 201

Capítulo XV
Compensação

1. Introdução 203
2. Conceito e espécies 203

3. Requisitos da compensação legal 205
4. Hipóteses de impossibilidade de compensação 208
5. Compensação de dívidas fiscais 209
6. Aplicabilidade supletiva das regras da imputação do pagamento 211

Capítulo XVI
Transação

1. Noções conceituais 213
2. Elementos constitutivos 213
3. Natureza jurídica 214
4. Espécies 216
5. Forma 216
6. Objeto 217
7. Características principais 218
8. Efeitos 219

Capítulo XVII
Compromisso (Arbitragem)

1. Noções introdutórias 223
2. Conceito de arbitragem 224
3. Esclarecimentos terminológicos 225
4. Classificação da arbitragem no sistema de mecanismos de solução de conflitos 226
5. Breve relato da experiência histórica brasileira do uso de arbitragem 227
6. Características gerais positivas da arbitragem 228
   6.1. Celeridade 228
   6.2. Informalidade do procedimento 229
   6.3. Confiabilidade 230
   6.4. Especialidade 230
   6.5. Confidencialidade ou sigilo 230
   6.6. Flexibilidade 231
7. Natureza jurídica do compromisso e da arbitragem 231
8. Espécies de arbitragem 232
   8.1. Quanto ao modo 233

8.2. Quanto ao espaço 233
8.3. Quanto à forma de surgimento 234
8.4. Quanto aos fundamentos da decisão 234
8.5. Quanto à liberdade de decisão do árbitro 234
9. Arbitragem × poder judiciário 235
10. Lei de arbitragem (lei n. 9.307/96 — "Lei Marco Maciel") 241
11. Procedimento da arbitragem 241
12. Incidência da arbitragem na legislação trabalhista brasileira 244
13. Considerações críticas sobre a utilização da arbitragem na sociedade brasileira 246

Capítulo XVIII
Confusão

1. Conceito 249
2. Espécies 249
3. Efeitos e restabelecimento da obrigação 250

Capítulo XIX
Remissão

1. Noções introdutórias e conceituais 253
2. Esclarecimentos terminológicos 254
3. Requisitos da remissão da dívida 255
4. Espécies de remissão 257
5. Remissão a codevedor 258

Capítulo XX
Transmissão das Obrigações: Cessão de Crédito, Cessão de Débito (Assunção de Dívida) e Cessão de Contrato

1. Introdução 259
2. Cessão de crédito 260
2.1. Conceito e espécies 260
2.2. Institutos análogos 261
2.3. Exemplificação e disciplina legal 261
2.4. Notificação do devedor e responsabilidade do cedente 264

3. Cessão de débito (assunção de dívida) 266
4. Cessão de contrato 269
4.1. Cessão do contrato de trabalho 271

Capítulo XXI
Inadimplemento Absolutodas Obrigações

1. Noções introdutórias: o ciclo vital da obrigação 279
2. O inadimplemento culposo da obrigação 280
3. Inadimplemento fortuito da obrigação 284

Capítulo XXII
Inadimplemento Relativo das Obrigações — A Mora

1. Introdução 287
2. Mora do devedor (*solvendi* ou *debendi*) 288
3. Mora do credor (*accipiendi* ou *credendi*) 293
4. Purgação e cessação da mora 296

Capítulo XXIII
Perdas e Danos

1. Consequências do inadimplemento culposo da obrigação 299
2. Perdas e danos 300
3. O dever de mitigar o próprio prejuízo (*duty to mitigate the loss*) 308
4. Juros 314
4.1. Conceito e espécies 314
4.2. Juros no processo do trabalho 318
4.3. Juros e atividade bancária 319

Capítulo XXIV
Prisão Civil

1. Introdução 325
2. Breve histórico da prisão civil 325
3. Conceito e o tratamento da prisão civil no direito brasileiro 326
3.1. Da prisão civil decorrente de inadimplemento de obrigação alimentar 327

3.2. Da prisão civil decorrente da condição de depositário infiel... 336
3.2.1. Da caracterização da condição de depositário infiel..... 336
3.2.2. A saga da prisão civil do depositário infiel — da previsão constitucional à ilicitude..... 339
3.2.3. Da consequência jurídica da caracterização como depositário infiel, ante a impossibilidade de decretação da prisão civil..... 340
3.2.4. Breves considerações críticas sobre a prisão civil do devedor na alienação fiduciária..... 341

Capítulo XXV
Cláusula Penal

1. Conceito e espécies..... 347
2. Cláusula penal compensatória e cláusula penal moratória no direito positivo brasileiro..... 349
3. A nulidade da obrigação principal e a cláusula penal..... 356
4. Cláusula penal e institutos jurídicos semelhantes..... 357

Capítulo XXVI
Arras Confirmatórias e Arras Penitenciais

1. Disciplina normativa das arras no Código Civil de 1916 e no de 2002.. 359
2. Conceito de arras..... 359
3. Modalidades de arras ou sinal..... 360
3.1. Arras confirmatórias..... 360
3.2. Arras penitenciais..... 362
4. Arras e cláusula penal..... 364

Capítulo XXVII
Atos Unilaterais

1. Noções introdutórias..... 365
2. Promessa de recompensa..... 365
2.1. Pressupostos de validade..... 366
2.2. Possibilidade de revogação..... 367
2.3. Concorrência de interessados..... 367
2.4. Concursos com promessa pública de recompensa..... 367

3. Gestão de negócios 368
3.1. Obrigações do gestor e do dono do negócio 369

Capítulo XXVIII
Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido

1. Noções introdutórias 371
2. Enriquecimento sem causa 371
3. Pagamento indevido 373
3.1. Espécies de pagamento indevido 374
3.2. Pagamento indevido e boa-fé 375
3.3. Ação de *in rem verso* 377

Capítulo XXIX
Preferências e Privilégios Creditórios

1. Noções introdutórias 381
2. Esclarecimentos terminológicos 382
3. Concurso de credores 382
4. Categorias das preferências no Código Civil brasileiro 383
5. Ordem preferencial no direito brasileiro 385

Referências 387